

Trabalhadores pedem demissão depois de não aguentarem mais!

Dois trabalhadores da FMRP (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto) pediram demissão semana passada (terceira semana de maio) por não darem conta do sofrimento que estavam passando em seus locais de trabalho.

Fomos procurados pelos trabalhadores, um em depressão grave (causada pelas intervenções sofridas no ambiente de trabalho), e outra, recém contratada, deste último concurso submetida a desvio de função.

1º CASO:

A servidora estava apenas há 40 dias no cargo e, desde o começo, foi pressionada pela chefia a exercer atividades que não estavam elencadas em seu PCF e também não constavam no edital do concurso. Relatou ter sofrido pressão para executar a gestão dos biotérios da FMRP, sendo que seu concurso foi para exercer a função de médica veterinária RT (responsável técnica) - funções bem diferenciadas pela RN 51 do CONCEA. Contudo, foi orientada pela Comissão de Pesquisa a coordenar os biotérios, gerenciar funcionários terceirizados, estagiários e funcionários da USP, entre outras atividades. Atividades estas que são exatamente as funções de quem coordena os biotérios.

A trabalhadora alertou ao presidente e vice-presidente da Comissão de Pesquisa sobre os pontos para atuação como responsável técnica, que está relacionada ao bem-estar animal e ao enquadramento das práticas conforme preconizado na legislação. A resposta foi que esse trabalho era "enxugar gelo". Ainda foi dito que ela havia sido contratada para atender às necessidades de gestão, que todos na Instituição fazem 'desvio de função', e que se não se adequasse, deveria pedir para sair ainda no período de experiência, pois seria mais fácil chamar o próximo da lista.

"Enquanto não houver uma fiscalização efetiva por parte dos órgãos responsáveis e uma exigência rigorosa de comprovação do cumprimento dos requisitos legais pelas agências de fomento à pesquisa, a situação dos animais de experimentação não vai mudar. A proteção e o bem-estar desses animais dependem diretamente de uma supervisão contínua e criteriosa. Sem essa fiscalização, as regulamentações existentes não passam de letras mortas, facilmente ignoradas ou contornadas por laboratórios e pesquisadores", disse ela, acrescentando: "O fato de

estarmos em um serviço público não isenta a responsabilidade da Instituição e dos pesquisadores que optaram por trabalhar com animais em experimentos, nem serve como desculpa afirmar que 'sempre foi assim'. Afinal, ninguém realiza pesquisa sem financiamento, e o compromisso deve ser com a ética e o respeito aos animais, além dos cuidados sanitários necessários, tanto para garantir a confiabilidade da pesquisa e de seus resultados quanto para evitar a disseminação de agentes patogênicos."

Ela nos relatou estar se sentindo "murchando por dentro", chegou a chorar diversas vezes nos corredores da FMRP e decidiu colocar um ponto final nesta situação após consultar sua família. Quando fomos procurados, a médica veterinária já havia pedido demissão, mas fez questão de nos relatar tudo o que aconteceu. Foi com muita tristeza que recebemos a informação de sua demissão, não podendo mais reverter a situação, ainda que ela tivesse sido enfática em não voltar atrás de sua decisão, pois imaginava que numa Universidade do porte e importância da USP, nunca iria ver tanta coisa errada e ser tratada de forma grosseira por querer fazer o seu trabalho. Infelizmente perdemos uma profissional qualificada, que tentava realizar seu trabalho de maneira séria e comprometida.

Ela finalizou dizendo: "Estou muito chateada por diversos motivos. Primeiro, por ter passado em um concurso concorrido e ter que abrir mão da minha conquista porque as coisas não funcionam na prática como a lei define, e os que estão no poder estão bem com isso. Segundo, por ter saído sem conseguir contribuir para a melhoria das condições dos animais que nascem e morrem nos laboratórios de experimentação. Tenho a sensação de que estou virando as costas para eles, mas estava adoecendo. Espero que a próxima pessoa chamada para a função consiga fazer o que eu não consegui".

2º CASO:

Outro trabalhador, um Técnico de enfermagem e que também pediu demissão, nos procurou no início do mês de maio (07/05/2024), quando o encaminhamos para ser acompanhado pela equipe da SECAMS-SINTUSP-RP (Secretaria de Combate ao Assédio Moral Sexual), que o acolheu, recebeu seu depoimento, as provas e toda movimentação em outras instâncias, que o servidor fizera até então, sem

sucesso, para denunciar o assédio moral e homofóbico “que vinha sofrendo” (Secretaria de Justiça e Cidadania, e também à Comissão de Direitos Humanos da FMRP) que vinha sofrendo desde o início do ano de 2023 no CSE (Centro de Saúde Escola - Cuiabá) ligado à FMRP.

Após um acontecimento gerado por uma ex-namorada do então namorado deste trabalhador, que foi até o local de trabalho cobrar de forma indiscreta por estar se relacionando com ele. Nos dias posteriores aos fatos, removeram o trabalhador de suas funções, sendo transferido *pra lá e pra cá* sob a justificativa de “proteção pessoal ao trabalhador”. Alega o funcionário que nessa época possuía um distúrbio depressivo leve, mas em decorrência dos fatos e da perda de “sustentação das atividades profissionais”, teve um sério agravamento de sua saúde mental, culminando em uma licença saúde, no início de agosto de 2023.

Durante o afastamento do servidor a Direção da CSE-FMRP solicitou de forma autoritária a senha de acesso ao site daquele Centro, sendo que o site foi desenvolvido e administrado voluntariamente por ele.

Quando do retorno ao trabalho da licença de saúde, no dia 12/04/2024, tendo sido escalado para trabalhar em um ambiente bastante conflituoso, foi chamado pela Diretora de Enfermagem decorridos 7 dias, perguntando como estava se saindo, suas percepções, necessidades de horários, etc. Porém, ao fim da conversa, ela disse que “havia chegado ao conhecimento dela que ele estava se portando de forma socialmente inaceitável no ambiente de trabalho (por ser homossexual): algumas pessoas não aceitavam as falas dele, atribuindo à mesmas um suposto teor sexualizado, alegando que isso não era adequado, pois algumas pessoas simplesmente não aceitam.

Desde esse dia não conseguiu mais ir trabalhar ou sair de casa. Apresentamos os encaminhamentos que a SECAMS e o SINTUSP fariam a partir da oitiva dos fatos, inclusive de testemunhas, mas mesmo assim o sofrimento mental do trabalhador falou mais alto. O que o infelizmente culminou no seu pedido de demissão, mesmo tendo sido orientado por nós a não fazê-lo.

Decisões à revelia na Prefeitura do Campus de Ribeirão Preto

A Prefeitura do Campus de Ribeirão Preto, na atual gestão, tem tomado várias decisões de forma arbitrária.

Uma delas refere-se a ordens expressas de que alguns grupos de trabalhadores não podem acumular mais de 20 horas no banco de horas, desrespeitando completamente o Acordo Coletivo. Em determinada situação, Diretores do Sindicato dos Trabalhadores da USP questionaram essa arbitrariedade, trazida à tona por alguns trabalhadores, quando foi dito que a gestão havia solicitado apenas para que fossem justificadas, pois determinados(as) servidores ultrapassaram mais de 20 horas acumulando horas desnecessariamente.

Entendemos como uma afronta essa ordem unilateral da PUSP-RP, considerando que os trabalhadores e trabalhadoras iniciam o ano com seus bancos com mais de 60 horas negativas.

Outra arbitrariedade ocorreu recentemente com a contratação de uma empresa na intenção de executar um projeto de paisagismo (jardins nas vias de acesso) no Campus em decorrência da reinauguração da Biblioteca e do Teatro e inauguração de um espaço de vivência dos estudantes, logo abaixo do Restaurante

Universitário e em frente à base da PM.

Destaca-se que a elaboração do projeto e execução dos serviços não foram transparentes, administrativamente, a prefeitura passou por cima da chefia do Serviço de Manutenção e Áreas Verdes e que em nenhum momento foi avisada. Os poucos jardineiros lotados neste serviço terão de dar manutenção aos novos jardins, que foram plantados às pressas sem o devido cuidado na adubação e irrigação. Muitas plantas já estão mortas ou em processo. Uma atividade penosa que, no tempo de chuvas, irá sobrecarregar os trabalhadores. O financiamento desses jardins foi de aproximadamente 200 mil reais e foi pago pela FUSP (Fundação USP).

Muito provavelmente o valor investido será todo perdido: um verdadeiro desperdício que foi arquitetado apenas para inglês ver, ou melhor, para reitor ver, considerando que por semanas os tratores que fazem o trabalho de irrigação dos gramados e os novos jardins ficaram sem combustível (diesel), havendo o imprevisto na utilização de um caminhão do Serviço de Transportes, que é movido à gasolina, para fazer as regas.

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070 – Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br